

"AS FÔRÇAS QUE SERIAM NECESSÁRIAS PARA IMPEDIR A POSSE DO SR. GETÚLIO VARGAS, DEVEM SER EMPREGADAS PARA IMPEDIR QUE ELE ABANDONE O TERRENO DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS"

4. XI. 1950

Desde ntém se encontra nesta capital o deputado Raul Pilla, líder e presidente do Diretório Central do Partido Libertador, que veio participar da reunião do Diretório Estadual do PL, convocada para o exame da situação política estadual.

Hoje pela manhã, em nossa redação, o deputado Raul Pilla, e diretor do ESTADO DO RIO GRANDE, aceitou as instâncias de nossa reportagem, concedendo-nos a seguinte e importante entrevista.

Enquanto isto, caberá aos partidos verdadeiramente democráticos criticar superiormente o governo e elucidar e educar as massas obcecadas. Este é o caminho da democracia. Não vejo outro. As forças que seriam necessárias para impedir a posse do sr. Getúlio Vargas devem ser empregadas para impedir que ele abandone o terreno da Constituição e das leis. Se não as temos para este objetivo, não as teremos também para aquele. Temos de reconstruir lentamente e pacientemente a nossa democracia.

PANAMA' DA CÂMARA DO DISTRITO

— O que nos diz do que se está passando na Câmara de Vereadores do Distrito Federal?

— «O que está fazendo a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal é simplesmente inqualificável. Não conheço maiores manifestações de impudor e inconsciência, que as dadas por aquela Câmara. Mas uma representação política não está suspensa no ar, tem as suas raízes no solo. A prova de que ela representa bem ho eleitorado do Distrito é que a futura Câmara não será melhor que a atual.

Aliás, o fenômeno é geral, é variável. Lembram-se todos da celebração levantada pelo aumento de subsídio dos deputados e senadores federais. Pois bem, o promotor da idéia, acaba de ser reeleito deputado pela Bahia. É preciso restituir à vida pública brasileira os padrões morais que ela ia inteiramente perdendo.

SITUAÇÃO ELEITORAL DO PL

O primeiro ponto abordado por nosso entrevistado, a nosso pedido, foi o da situação do Partido Libertador após a realização do pleito, tendo nos declarado:

— «A situação eleitoral do Partido Libertador melhorou consideravelmente. Não falo da sua situação moral, porque sempre foi excelente o conceito de que ele tem gozado. No Rio Grande do Sul viu ele aumentada a sua representação, coisa que não se verificou com nenhum dos outros partidos. E na Câmara Federal vamos ter representantes também de outros Estados como Bahia, Pernambuco e Paraíba. A bancada Libertadora na Câmara, constará, no mínimo, de cinco a seis deputados. E, como se vê, um crescimento verdadeiramente notável e que acrescerá as já grandes responsabilidades do Parti-

do Libertador na vida política do país.

SITUAÇÃO POLÍTICA

A propósito da situação política nacional declarou-nos:

— «A situação política do País está, ao mesmo tempo, definida e confusa. Há, no que disse uma contradição nos termos, mas é a realidade. Está definida, porque acabamos de sair de uma eleição geral, que caracterizou e, digamos, assim, «quantificou» as várias correntes políticas do País; está confusa, porque a vitória do sr. Getúlio Vargas envolve tamanhos riscos para a democracia brasileira, que muitos não se querem conformar com ela. Daí a confusão e, talvez, ainda maiores riscos, que os que se querem evitar.

Entendem alguns que o antigo (Continua na 15.ª página)

ditador não era elegível e, por isto, não pode ser empossado. Afirmam outros ser nula a eleição, por ter sido indevidamente apurada pelas juntas eleitorais, quando o devera ser pelos tribunais regionais. Sustentam outros não estar eleito o sr. Getúlio Vargas, por não haver alcançado a maioria absoluta de votos.

Nenhuma destas alegações tem, a meu ver, a menor consistência. O sr. Getúlio Vargas era elegível, pois já fora eleito, sem a menor contestação, senador da República. A apuração da eleição, de acordo com o próprio texto da lei eleitoral, teria de começar pelas juntas eleitorais, para terminar pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Constituição não exige maioria absoluta de votos e a Assembléa Constituinte rejeitou a emenda que estabelecia tal exigência e dava solução ao caso, quando não fosse preenchida.

Assim, parece-me juridicamente inatacável a eleição do sr. Getúlio Vargas. É um fato, a sua eleição, que ninguém mais do que eu lamenta e ninguém procurou obviar mais do que eu; mas é um fato. Passemos, porém, a considerar o aspecto político e admitamos que no atual regime, que os presidencialistas afirmam ser por excelência jurídico, o político possa prevalecer sobre o jurídico. Pois é aqui que melhor se manifestam os inconvenientes e os perigos da inconstitucionalidade.

O fenômeno Getúlio Vargas, que tudo avassalou e não reajeitou quadros partidários, é uma das muitas manifestações de fanatismo, que apresenta a vida política brasileira. É equiparável aos fenômenos Antônio Conselheiro e Padre Cícero. Quem poderá prever o que sucederia, dado este estado de ânimo coletivo, se fosse anulada a eleição? Entraríamos, no mínimo, em período de graves perturbações, que, de uma ou de outra forma, nos levariam seguramente ao golpe e à ditadura. A ditadura Vargas, ou a ditadura anti-Vargas.

E não é somente isto. Existe, sob o cabo de d'zê-lo, a mística Getúlio Vargas. É a mística mais estúpida que se poderia imaginar, mas isto, longe de lhe infirmar, lhe confirma a realidade. Como destruí-la, se ela representa um grande perigo para a liberdade? A anulação da eleição, por mais fundados que fossem os motivos de ordem jurídica, em vez de a destruir, a levaria ao parotismo. O antigo ditador tornar-se-ia maior do que nunca para a massa obcecada. Para que se destruía a mística é preciso que o sr. Getúlio Vargas volte ao governo e se mostre incapaz, como fatalmente se mostrará, de realizar as mirabolantes promessas que fez.